SICOOB Central Crediminas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

C.N.P.J.: 25.683.434/0001-64

As cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob Central Crediminas e ao público em geral

Mensagem da Administração

A administração da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas, em conformidade às disposições legais e estatutárias, divulga as demonstrações contábeis do exercício de 2014, de forma comparativa às mesmas demonstrações do exercício de 2013, assim como as notas explicativas, relatório dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal.

O Sicoob Central Crediminas é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de 81 cooperativas de crédito filiadas, formando o Sicoob Sistema Crediminas, que compõe, ao lado de outras 16 cooperativas centrais, com suas respectivas singulares e postos de atendimento, o Sistema Sicoob, representado institucionalmente, pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Este Sistema possui, como braço financeiro, o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob, entidade que tem o Sicoob Central Crediminas como um de seus controladores.

O Sicoob Sistema Crediminas está presente em todo o estado de Minas Gerais, além de algumas cidades dos estados vizinhos: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Ele é composto por 81 cooperativas singulares que possuem 441 postos de atendimento, totalizando em dezembro de 2014, 522 pontos de atendimento, formando uma rede que atende cerca de meio milhão de associados, assessorados por 5.931 dirigentes e colaboradores.

Adicionalmente, para proporcionar segurança às filiadas e consequentemente aos associados e parceiros comerciais, esta Central conta com o trabalho do Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – Sicoob FGD que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do estatuto social e regulamento próprio às operações de crédito realizadas entre as cooperativas participantes e entidades como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, Banco Cooperativo do Brasil S/A– Bancoob e outros bancos parceiros, assim como nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão de cooperativas do quadro de filiadas.

O Sicoob Central Crediminas é também controlador do Sicoob Minaseg - Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda. que, em parceria com as grandes seguradoras do país, oferece seguros nas mais diversas modalidades aos associados.

Com a missão de manter os bons resultados e alcançar novas conquistas, em agosto de 2014 tomou posse o novo Conselho de Administração (CA) do Sicoob Central Crediminas. Para a gestão 2014-2018, Alberto Ferreira se manteve como presidente do Conselho de Administração, além de renovar o mandato da Diretoria Executiva: Elson Rocha Justino e Jésus Ferreira de Carvalho. Na mesma ocasião, assumiu o novo Conselho de Administração do Sicoob FGD.

Resultados

O Sicoob Central Crediminas concluiu o ano de 2014 com Ativos Totais de R$ 3,29 bilhões e crescimento de 25,93%, quando comparado com o ano anterior, sendo que o fator que impulsionou este crescimento foi a Centralização Financeira das filiadas, a qual alcançou o montante de R$ 2,59 bilhões e teve, no ano de 2014, um crescimento de 29,17%. Estes recursos pertencem a 81 cooperativas filiadas ao Sicoob Central Crediminas.

O Patrimônio Líquido da Central apresentou crescimento de 31,22% no ano de 2014, totalizando R$ 333,21 Milhões e este avanço foi fruto de novos aportes de capital feitos pelas filiadas para bancar os ativos existentes, em seus respectivos níveis de risco, bem como dos resultados acumulados no ano de 2014, os quais totalizaram sobras brutas de R$ 26,63 Milhões, ou seja, 19,34% de crescimento quando comparado ao ano de 2013.

Observadas as condições acima apresentadas e a evolução constante dos negócios do Sicoob Sistema Crediminas nos últimos anos, sempre na busca de apoio aos associados das cooperativas filiadas, pode-se concluir que esta Central manteve o projeto de desenvolvimento e de crescimento dos negócios em condições saudáveis, o que coloca o Sicoob Central Crediminas em posição de destaque no seu âmbito de atuação, assim como no cenário nacional.

Cenário Econômico

O ano de 2014 encerrou marcado pela ampliação da volatilidade financeira internacional. As incertezas em relação ao ritmo de recuperação da economia mundial se somou à queda expressiva dos preços das *commodities*, em especial do petróleo. Com exceção dos EUA, houve revisão para baixo das projeções de crescimento para as principais regiões do mundo. A desaceleração do crescimento da economia chinesa seguiu em curso, enquanto na área do euro concretizou-se a deflação e a expectativa de inflação persistentemente baixa, frustrando assim a retomada do crescimento econômico europeu. Ao mesmo tempo, o movimento de queda do preço do petróleo, iniciada no início do ano, ganhou novo impulso com a decisão dos países membros da OPEP de não reduzirem sua produção.

O maior importador de produtos brasileiros, a China, cresceu 7,4%. Esta foi a menor taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) daquele país, em 24 anos, o que gerou preocupações em relação ao crescimento da economia global.

Para a economia brasileira, 2014 não foi um ano bom, a avaliação dos indicadores demonstram isso, o PIB deverá fechar com um crescimento próximo a zero. O IPCA, que é a inflação mensal medida pelo IBGE, fechou em 6,41%. Mesmo estando abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, a inflação (6,5%) avançou em relação a 2013, quando a taxa chegou a 5,9%

Visando a contenção da inflação, o Comitê de Política Monetária (COPOM), manteve a elevação gradual da taxa de juros da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), ainda no primeiro mês de 2014 elevou a taxa para 10,50% e encerrou o ano com 11,75%.

Em função da elevação da taxa básica de juros, as taxas de operação de crédito totais destinadas às pessoas físicas subiram de 25,60% a.a. no final de 2013 para 27,30% a.a em dezembro de 2014. Isso ocorreu, principalmente pela elevação das taxas de juros do crédito originadas com recursos livres, que apresentaram elevação de 5,40 p.p.

Neste cenário, a inadimplência medida pelo Banco Central do Brasil (parcelas com mais de 90 dias de atraso) apresentou pequena redução, encerrando o ano de 2014 com 2,9%, contra 3,0% no final de 2013.

O saldo das operações de crédito totais do Sistema Financeiro Nacional – SFN apresentou evolução de 11,28%, sendo que os recursos livres evoluíram 4,66% e os direcionados 19,56%.

Considerando a evolução do crédito de acordo com o controle de capital, observou-se um crescimento de 16,47% na carteira das instituições de controle público e 5,84% das instituições controladas pelo capital privado.

Principalmente em função do baixo crescimento do PIB, o saldo das operações de crédito em relação ao PIB subiu de 56,00% em dezembro de 2013 para 58,90 no final de 2014.

O crédito ficou mais oneroso, contribuindo para um menor crescimento da carteira de crédito, assim, o índice de confiança dos consumidores e empresários na economia brasileira, apresentou baixa. Consequentemente, o índice de investimento apresentou 17% do PIB enquanto que em países como o Chile, Colômbia e México esses valores estiveram próximos de 25%.

Na indústria, a sua capacidade instalada, desconsiderando a crise de 2008, atingiu o seu menor nível desde 2005. O faturamento do setor de transformação caiu em todas as bases de comparação.

A situação da economia brasileira tem se expressado com maior ênfase nas regiões com grau relativamente mais avançado de industrialização e em Minas Gerais a situação foi agravada com os impactos do longo período com escassez de chuvas sobre a produtividade agrícola e sobre a geração de eletricidade.

Por essa escassez, houve no Estado redução na atividade produtiva e consequentemente econômica, logo, ao se comparar o produto acumulado em 2014 até o terceiro trimestre com igual período de 2013, observou-se uma diminuição de -0,4% no PIB de Minas Gerais.

O agronegócio está sujeito a acentuadas oscilações no curto prazo, em função tanto da forte dependência a fatores climáticos quanto de significativas alterações nos preços das *commodities* agrícolas e dos insumos que compõem o consumo intermediário da atividade. Observou-se em 2014, por exemplo, um longo período sem chuvas que prejudicou, consideravelmente, o desempenho da agropecuária mineira e nacional.

O café, produto com o maior peso no valor de produção da pauta agrícola estadual, contribuiu negativamente para o resultado do terceiro trimestre. Nesse caso, registrou-se uma retração de -1,8% no volume do PIB agropecuário em Minas Gerais na comparação do terceiro trimestre de 2014 com o respectivo trimestre de 2013.

Governança

A governança corporativa é um dos pilares mais importantes da economia global e um dos instrumentos determinantes da sustentabilidade das empresas. No Brasil, a adoção de boas práticas de governança tornou-se um dos requisitos básicos exigidos pelos investidores e instituições do mercado. A Lei Complementar 130/2009 e a Resolução-CMN 3859/2010 trouxeram relevantes alterações na governança das cooperativas de crédito na medida em que viabilizaram uma melhor segregação das funções estratégicas (atribuídas ao Conselho de Administração) e executivas/operacionais (atribuídas à Diretoria Executiva). Além disso, a exigência quanto à capacitação técnica dos dirigentes foi acentuada, o que se justifica até pela complexidade cada vez maior do segmento, como integrante do Sistema Financeiro Nacional. O novo modelo de governança, obrigatório para as cooperativas de livre admissão, de microempresários, de empresários e de vínculo associativo, passou a ser adotado pelas cooperativas a partir do ano de 2012, sendo que o último grupo das atuais cooperativas enquadradas nos referidos critérios migrará para o novo modelo no ano de 2015. Desde 2011, o Sicoob Central Crediminas promove encontros anuais com os dirigentes das cooperativas que migraram para o novo modelo de governança. Estes encontros têm por finalidade capacitá-los para esta nova forma de funcionamento da Alta Administração. No âmbito do Sicoob Sistema Crediminas, 58 cooperativas filiadas estavam no novo modelo de governança até o final de 2014.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objetivo prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O novo Fundo começou a atuar em abril de 2014, consequentemente, o Fundo Garantidor do Sicoob (FGS) entrou em liquidação.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimento

Agradecemos ao apoio de cada filiada, também à parceria das entidades, a saber: Cooperativa de Usuários de Assistência Médico-Hospitalar do Sicoob Ltda - Vivamed Saúde; Sicoob Minaseg - Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda.; Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG - MG/SESCOOP; Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob; Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação; Governo de Minas Gerais, principalmente pela parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, por viabilizar a aplicação das políticas públicas no Estado.

Agradecemos a cada membro dos Conselhos de Administração e Fiscal e colaboradores desta Central, aos coordenadores de nossas Unidades Administrativas Regionais – UARs, dirigentes, técnicos e associados das singulares, além dos nossos parceiros políticos, institucionais e comerciais, que contribuem diariamente para o desenvolvimento do Sistema.

Belo Horizonte, dezembro de 2014.

A Administração

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		2.301.217	1.863.696
Disponibilidades		351	282
Caixa		336	271
Depósitos bancários		15	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.683.085	979.455
Aplicações em Operações Compromissadas		42.369	71.682
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.640.716	907.773
Títulos e valores mobiliários	5	508.674	680.984
Títulos de renda fixa		167.528	303.026
Cotas de fundos de investimentos		260.928	152.238
Vinculados a operações de garantias		80.218	225.720
Relações interfinanceiras	6	89.513	181.440
Repasses interfinanceiros		91.184	183.823
(-) Provisão para perda em repasses interfinanceiros		(1.671)	(2.383)
Operações de crédito	7	14.550	15.692
Operações de crédito - Setor privado		14.646	15.851
(-) Provisão para operações de crédito		(96)	(159)
Outros créditos	8	4.993	5.792
Rendas a receber		852	1.829
Diversos		4.141	3.963
Outros valores e bens	9	51	51
Material em estoque		34	28
Despesas antecipadas		17	23
Realizável a longo prazo		781.849	594.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	35.782	36.256
Aplicações em operações compromissadas		6.707	4.415
Aplicações em depósitos interfinanceiros		29.075	31.841
Títulos e valores mobiliários	5	662.576	523.125
Títulos de renda fixa		72.981	178.306
Vinculados a operações de garantias		589.595	344.819
Relações interfinanceiras	6	60.264	24.413
Repasses interfinanceiros		61.756	25.112
(-) Provisão para perda em repasses interfinanceiros		(1.492)	(699)
Operações de crédito	7	10.914	41
Setor privado		11.055	41
(-) Provisão para operações de crédito		(141)	-
Outros créditos	8	12.313	10.864
Diversos	16	12.313	10.864
Permanente		210.767	157.199
Investimentos	10	172.566	117.143
Participações de cooperativas		172.566	117.143
Imobilizações de uso	11	28.280	28.042
Imobilizações em curso		26.924	26.677
Imóveis de uso		277	293
Móveis e equipamentos de uso		330	300
Equipamentos de informática		749	772
Intangível	12	9.921	12.014
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		9.914	12.007
Outros		7	7
TOTAL DO ATIVO		**3.293.833**	**2.615.594**

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		2.891.376	2.313.586
Relações interfinanceiras	13	2.595.117	2.009.849
Centralização financeira - Cooperativas		2.595.117	2.009.849
Obrigações por empréstimos e repasses	14	242.488	264.360
Repasses no País		242.488	264.360
Outras obrigações		53.771	39.377
Sociais e estatutárias	15	4.644	2.398
Fiscais e previdenciárias	15	911	858
Diversas	15	38.941	28.476
Provisão para passivos contingentes	16	9.275	7.645
Exigível a longo prazo		69.243	48.077
Obrigações por empréstimos e repasses	14	37.845	16.253
Repasses no País		37.845	16.253
Outras obrigações		31.398	31.824
Diversas	15	19.085	20.960
Provisão para passivos contingentes	16	12.313	10.864
Patrimônio líquido		333.214	253.931
Capital social	17	292.085	219.118
Reserva legal	17	18.617	15.969
Sobras acumuladas	17	22.512	18.844
TOTAL DO PASSIVO		**3.293.833**	**2.615.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras e perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre	2014 exercício	2013 exercício
Receitas da intermediação financeira		**160.198**	**284.543**	**162.484**
Rendas de operações de crédito		1.078	1.905	3.721
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		92.049	153.314	79.251
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		62.318	119.164	71.014
Rendas de créditos vinculados ao crédito rural		4.753	10.160	8.498
Despesas da intermediação financeira		**(151.543)**	**(268.904)**	**(153.893)**
Dispêndios de captação		(141.931)	(252.442)	(139.586)
Despesas de empréstimos e repasses		(9.612)	(16.303)	(12.639)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(159)	(1.668)
Resultado bruto da intermediação financeira		**8.655**	**15.639**	**8.591**
Outras receitas (despesas) operacionais		**4.691**	**11.035**	**13.667**
Receitas de prestação de serviços		153	240	124
Despesas de pessoal		(10.470)	(21.197)	(20.237)
Outras despesas administrativas		(5.083)	(9.844)	(10.350)
Resultado de participações em coligadas e controladas		4.726	11.478	8.069
Outras receitas operacionais	18	17.433	35.330	41.025
Outras despesas operacionais	19	(2.068)	(4.972)	(4.964)
Resultado operacional		**13.346**	**26.674**	**22.258**
Resultado não operacional		**31**	**10**	**92**
Resultado antes da tributação		**13.377**	**26.684**	**22.350**
Imposto de renda e contribuição social		(34)	(48)	(31)
Sobras líquidas do exercício		**13.343**	**26.636**	**22.319**
Participações estatutárias		-	(4.124)	(3.475)
Sobras à disposição da assembleia		**13.343**	**22.512**	**18.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2º semestre	2014 exercício	2013 exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(114.606)**	**206.305**	**186.102**
Sobra ajustada do semestre / exercício	**11.431**	**21.331**	**19.224**
Sobra do semestre/exercício	13.343	26.636	22.319
Provisão/reversão para perdas em relações interfinanceiras	95	81	1.824
Provisão sobre operações de crédito	(95)	78	(156)
Provisão/reversão para passivos contingentes	1.375	3.079	471
Equivalência patrimonial	(4.726)	(11.478)	(8.069)
Depreciação e amortização	1.439	2.935	2.835
Variações dos ativos e passivos	**(126.037)**	**184.974**	**166.878**
Aumento/redução das aplicações interfinanceiras de liquidez	(212.232)	(411.147)	(86.098)
Aumento/redução dos títulos e valores mobiliários	(189.590)	(45.572)	(286.597)
Aumento/redução das relações interfinanceiras e interdependências	270.490	641.262	495.565
Aumento/redução das operações de crédito	(9.023)	(9.808)	33.268
Aumento/redução de outros créditos e outros valores e bens	6.303	(650)	7.128
Aumento/redução em outras obrigações	8.015	10.889	3.612
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(35.743)**	**(45.025)**	**(23.290)**
Inversões em investimentos	(35.119)	(43.945)	(18.790)
Inversões em imobilizado de uso	(625)	(735)	(2.754)
Inversões em diferido/intangível	(54)	(400)	(1.746)
Alienação imobilizado de uso	55	55	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**146.611**	**52.367**	**49.134**
Aumento de obrigações por empréstimos e aplicações interfinanceiras	94.870	(280)	38.903
Aumento de capital	53.217	64.268	11.489
Baixa de capital	-	(1.875)	-
Distribuição de sobras	-	(8.270)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(1.476)	(1.476)	(1.258)
Aumento(Redução) do caixa e equivalência de caixa	**(3.738)**	**213.647**	**211.946**
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa			
Caixa e aplicações interfinanceiras no início do semestre/exercício	587.390	370.005	158.059
Caixa e aplicações interfinanceiras no fim do semestre/exercício	583.652	583.652	370.005
Aumento(Redução) do caixa e equivalência de caixa	**(3.738)**	**213.647**	**211.946**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**201.315**	**13.752**	**6.314**	**221.381**
Integralização de capital	11.489	-	-	11.489
Distribuição de sobras	6.314	-	(6.314)	-
Sobra do exercício	-	-	22.319	22.319
FATES	-	-	(1.258)	(1.258)
Reserva Legal	-	2.217	(2.217)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**219.118**	**15.969**	**18.844**	**253.931**
Integralização de capital	64.268	-		64.268
Aumento de capital com sobras	10.574	-	(10.574)	-
Distribuição de sobras	-	-	(8.270)	(8.270)
Devolução de capital	(1.875)	-		(1.875)
Sobra do exercício	-	-	26.636	26.636
FATES	-	-	(1.476)	(1.476)
Reserva Legal	-	2.648	(2.648)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**292.085**	**18.617**	**22.512**	**333.214**
Saldos em 30 de junho de 2014	**238.868**	**15.969**	**13.293**	**268.130**
Integralização de capital	53.217	-		53.217
Sobra do semestre	-	-	13.343	13.343
FATES	-	-	(1.476)	(1.476)
Reserva Legal	-	2.648	(2.648)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**292.085**	**18.617**	**22.512**	**333.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2º semestre	2014 exercício	2013 exercício
Receitas	**175.748**	**314.993**	**197.108**
Intermediação financeira	160.198	284.543	162.484
Prestação de serviços	154	241	124
Provisão / reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	(159)	(1.668)
Outras receitas/despesas operacionais	15.365	30.359	36.076
Outras receitas/despesas não operacionais	31	9	92
Despesas da intermediação financeira	**151.543**	**268.745**	**152.227**
Insumos adquiridos de terceiros	**3.285**	**6.167**	**6.579**
Materiais, energias e outros	379	793	871
Comunicação	328	649	685
Processamento de dados	178	369	592
Propaganda, promoções e publicidade	504	676	901
Serviços de terceiros	1.223	2.345	2.149
Transporte	38	74	104
Viagens	323	580	604
Outras	312	681	673
Valor adicionado bruto (1-2-3)	**20.920**	**40.081**	**38.302**
Retenções	1.439	2.935	2.835
Depreciações e amortizações	1.439	2.935	2.835
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	**19.481**	**37.146**	**35.467**
Valor adicionado recebido em transferência	4.726	11.478	8.069
Resultado de equivalência patrimonial	4.726	11.478	8.069
Valor adicionado a distribuir (6+7)	**24.207**	**48.624**	**43.536**
Distribuição do valor adicionado	**24.207**	**48.624**	**43.536**
Pessoal e encargos	8.723	17.740	17.054
Honorários	938	1.935	1.880
Salários e encargos	6.217	12.449	11.597
FGTS	528	1.045	966
Benefícios e treinamentos	1.040	2.311	2.611
Impostos, contribuições e taxas	1.817	3.575	3.382
Aluguéis	324	673	781
Sobras apuradas no semestre/exercício	13.343	26.636	22.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas "Instituição" é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares). O endereço registrado do escritório da Instituição é Av. Amazonas, 298 - 10º andar - Centro. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, a Instituição coordena as ações do Sicoob Sistema Crediminas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. A Instituição integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiadas. As despesas são distribuídas baseadas nos critérios de alocação de custos diretos e indiretos relacionados aos serviços prestados pela Central para as filiadas e de rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiadas, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiadas. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiadas.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, mais de 90% das operações ativas estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sistema Crediminas o uso da conta reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiadas. O Sicoob Sistema Crediminas possui um Fundo Garantidor de Depósitos - FGD, que é uma associação civil sem fins lucrativos, constituído pelas filiadas, que objetiva dar liquidez e solvabilidade ao Sistema. O FGD tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas participantes e instituições como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, BDMG, BNDES e BANCOOB e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão.

SICOOB Central Crediminas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

C.N.P.J.: 25.683.434/0001-64

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras do Sicoob Central Crediminas

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Instituição e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), adaptada às peculiaridades da legislação cooperativista e às Normas e Instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) no que for aplicável, bem como são apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em sua reunião realizada em 28 de janeiro de 2015.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução 4.144/12;
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses Pronunciamentos nas Demonstrações Financeiras da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2014	2013
Caixa e saldos em bancos	351	281
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	321.288	29.278
Títulos e valores mobiliários (até 90 dias)	262.013	340.446
Total	**583.652**	**370.005**

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

• Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.

• Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

• Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período. (Notas Explicativas nº 4 e nº 5).

A política de investimentos da Instituição, classifica suas operações em negociáveis (trading book) e não negociáveis (banking book), que são aquelas operações que a Instituição não manifesta a intenção de negociar até os respectivos vencimentos.

e. Relações interfinanceiras

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, representando basicamente os créditos decorrentes de repasses de recursos do crédito rural (Nota Explicativa nº 6).

f. Operações de crédito

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados (Nota Explicativa nº 7).

g. Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para tais operações, as quais estabelecem nove níveis de risco, de 'AA', risco mínimo, a 'H', risco máximo (Notas Explicativas nº 6 e nº 7).

h. Investimentos

Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (Nota Explicativa nº 10).

i. Imobilizado de uso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 11).

j. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 10% (Nota Explicativa nº 12).

k. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

l. Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço (Nota Explicativa nº 13).

m. Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço (Nota Explicativa nº 14).

n. Demais ativos e passivos

Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço. Os ativos são apresentados pelo valor líquido de realização.

o. Provisões

São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p. Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance de perda remota não são divulgadas (Nota Explicativa nº 16).

q. Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tem por diretriz.

r. Segregação entre circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s. Valor de recuperação de ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A Instituição revisa o valor contábil dos ativos, com o objetivo de determinar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a perda no valor recuperável.

t. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição por tipo de aplicação

Descrição	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro	7.227	5.782
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	1.669.791	939.614
Debêntures	41.849	70.315
Total	**1.718.867**	**1.015.711**
Curto prazo	1.683.085	979.455
Longo prazo	35.782	36.256

(b) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

2014				
Descrição	**Até 90**	**De 90 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro	520	-	6.707	7.227
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	278.919	1.361.797	29.075	1.669.791
Debêntures	41.849	-	-	41.849
	321.288	**1.316.477**	**35.782**	**1.718.867**

2013				
Descrição	**Até 90**	**De 90 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro	41	1.326	4.415	5.782
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	29.237	878.536	31.841	939.614
Debêntures	-	70.315	-	70.315
	29.278	**950.177**	**36.256**	**1.015.711**

(i) As aplicações com vencimento em até 90 dias são consideradas equivalentes de caixa assim como os depósitos bancários e títulos e valores mobiliários, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Composição por tipo de aplicação

Descrição	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro (a)	45.755	324.420
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – (IHCD)	-	9.393
Letras Financeiras- Outros (a)	194.754	147.519
Cotas de fundos de investimento	260.928	152.238
Títulos dados em garantias (a)	669.813	570.539
Total	**1.171.250**	**1.204.109**
Curto prazo	508.674	680.984
Longo prazo	662.576	523.125

(a) Esses títulos foram adquiridos pela Instituíção com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

2014				
Descrição	**Até 90**	**De 90 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Letra Financeira do Tesouro	1.085	2.288	42.382	45.755
Letra Financeira- Outros	-	164.155	30.599	194.754
Cotas de fundos de investimento	260.928	-	-	260.928
Títulos dados em garantia	20.874	59.344	589.595	669.813
	282.887	**225.787**	**662.576**	**1.171.250**

2013				
Descrição	**Até 90**	**De 90 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro	174.679	128.347	21.394	324.420
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD	-	-	9.393	9.393
Letra Financeira - Outros	-	-	147.519	147.519
Cotas de fundos de investimento	152.238	-	-	152.238
Títulos dados em garantia	13.529	212.191	344.819	570.539
	340.446	**340.538**	**523.125**	**1.204.109**

6. Relações interfinanceiras

a. Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

	2014		2013	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Repasses interfinanceiros	91.184	61.756	183.823	25.112
Provisão para repasses interfinanceiros	(1.671)	(1.492)	(2.383)	(699)
	89.513	**60.264**	**181.440**	**24.413**

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento dos repasses interfinanceiros

		Vincendas	
Nível de risco	**Provisão %**	**2014**	**2013**
AA	0,0	4.118	3.264
A	0,5	2.764	22.336
B	1,0	86.729	126.486
C	3,0	52.153	56.849
D	10,0	7.176	-
		152.940	**208.935**
Circulante		91.184	183.823
Não circulante		61.756	25.112

c. Composição por tipo de operação e situação de vencimento

	Vincendas	
Descrição	**2014**	**2013**
Repasses interfinanceiros	152.940	208.935

Vincendas (dias) - 2014							
Descrição	**Até 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**181 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Repasses interfinanceiros	-	-	-	8.986	82.198	61.756	152.940

Vincendas (dias) - 2013							
Descrição	**Até 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**181 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Repasses interfinanceiros	42.919	2.943	1.543	28.825	107.593	25.112	208.935

d. Concentração dos repasses interfinanceiros, saldo de R$152.940 mil em 2014 (R$ 208.935 mil em 2013)

	2014		2013	
Descrição	**Valor**	**% do total**	**Valor**	**% do total**
Maior devedor	16.593	11%	25.137	12%
10 maiores devedores	99.187	65%	126.978	61%
20 maiores devedores	134.117	88%	181.134	87%
40 maiores devedores	152.471	99%	208.555	100%

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Descrição	2014	2013
Saldo inicial	**(3.082)**	**(1.258)**
Constituição da provisão	(392)	(2.099)
Reversão da provisão	311	275
Saldo final	**(3.163)**	**(3.082)**
Circulante	(1.701)	(2.383)
Não circulante	(1.462)	(699)

7. Operações de crédito

a. Composição da carteira por tipo de operação e prazo de vencimento

	2014			2013		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Empréstimos	14.646	11.007	25.653	15.792	-	15.792
Financiamentos repassados	-	48	48	59	41	100
Provisão para operações de crédito	(96)	(141)	(237)	(159)	-	(159)
	14.550	**10.914**	**25.464**	**15.692**	**41**	**15.733**

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

		Vincendas	
Nível de risco	**Provisão %**	**2014**	**2013**
AA	0,0	3.705	1.587
A	0,5	8.330	5.118
B	1,0	10.732	7.089
C	3,0	2.934	2.098
		25.701	**15.892**
Circulante		14.646	15.851
Não circulante		11.055	41

c. Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco

2014					
		Níveis de risco			
Descrição	**AA**	**A**	**B**	**C**	**Total**
Empréstimos	3.705	8.282	10.732	2.934	25.653
Financiamentos repassados	-	48	-	-	48
	3.705	**8.330**	**10.732**	**2.934**	**25.701**

2013					
		Níveis de risco			
Descrição	**AA**	**A**	**B**	**C**	**Total**
Empréstimos	1.587	5.035	7.072	2.098	15.792
Financiamentos repassados	-	83	17	-	100
	1.587	**5.118**	**7.089**	**2.098**	**15.892**

d. Composição por tipo de operação e situação de vencimento

	Vincendas	
Descrição	**2014**	**2013**
Empréstimos	25.653	15.792
Financiamentos repassados	48	100
	25.701	**15.892**

Vincendas (dias) - 2014							
Descrição	**Até 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**181 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Empréstimos	743	319	1.577	5.317	6.690	11.007	25.653
Financiamentos repassados	-	-	-	-	-	48	48
	743	**319**	**1.577**	**5.317**	**6.690**	**11.055**	**25.701**

Vincendas (dias) - 2013							
Descrição	**Até 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**181 a 360**	**Acima de 360**	**Total**
Empréstimos	2.589	73	1.263	8.718	3.149	-	15.792
Financiamentos repassados	-	-	-	-	60	40	100
	2.589	**73**	**1.263**	**8.718**	**3.209**	**40**	**15.892**

e. Concentração de crédito no total de R$ 25.701 mil em 2014 (R$ 15.892 mil em 2013)

	2014		2013	
Descrição	**Valor**	**% do total**	**Valor**	**% do total**
Maior devedor	8.293	32%	8.100	51%
10 maiores devedores	21.298	91%	15.892	100%
20 maiores devedores	25.701	100%	-	-

f. Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2014	2013
Saldo inicial	**(159)**	**(315)**
Constituição da provisão	(254)	(140)
Reversão de provisão	176	296
Saldo final	**(237)**	**(159)**
Circulante	(96)	(159)
Não circulante	(141)	-

8. Outros créditos

	2014		2013	
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Rendas a receber (i)	852	-	1.829	-
Adiantamentos diversos	255	-	361	-
Devedores por depósitos em garantia (ii)	-	12.313	-	10.864
Pagamentos a ressarcir (iii)	3.879	-	3.578	-
Outros	7	-	24	-
	4.993	**12.313**	**5.792**	**10.864**

(i) Os valores registrados na rubrica "Rendas a receber" referem-se à comissão de *del credere* a receber do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em operações de Funcafé.de anos anteriores.

(ii) Os valores referentes a devedores por depósitos em garantia estão melhores detalhados na nota explicativa nº 16.

(iii) Os valores registrados na rubrica "Pagamentos a ressarcir" referem-se basicamente ao rateio das despesas de custeio da Central que serão ressarcidos pelas cooperativas singulares.

9. Outros valores e bens

Descrição	2014	2013
Material em estoque - Formulários e outros materiais	34	28
Despesas antecipadas - seguros	17	23
	51	**51**

10. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário dos investimentos em empresas controladas e coligadas.

2014					
Movimentação	**Bancoob**	**Minaseg**	**Sicoob Confederação**	**CNAC**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**83.535**	**4.683**	**28.910**	**15**	**117.143**
Aquisição	24.177	-	27.674	-	51.851
Equivalência patrimonial	10.431	1.047	-	-	11.478
Dividendos recebidos	(6.465)	(1.441)	-	-	(7.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**111.678**	**4.289**	**56.584**	**15**	**172.566**

2013					
Movimentação	**Bancoob**	**Minaseg**	**Sicoob Confederação**	**CNAC**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**65.412**	**3.168**	**21.689**	**15**	**90.284**
Aquisição	18.639	-	7.221	-	25.860
Equivalência patrimonial	6.554	1.515	-	-	8.069
Dividendos recebidos	(7.070)	-	-	-	(7.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**83.535**	**4.683**	**28.910**	**15**	**117.143**

	Equivalência patrimonial Coligadas e controladas	
Descrição	**Bancoob**	**Minaseg**
Quantidade de ações/cotas possuídas das investidas:		
31/12/2014	56.492.698	3.094.690
31/12/2013	43.776.879	3.094.690
% de participação no capital social das investidas:		
31/12/2014	14,17%	99,99%
31/12/2013	14,39%	99,99%
Patrimônio líquido das investidas em:		
31/12/2014	R$ 788.413	R$ 4.289
31/12/2013	R$ 580.839	R$ 4.683
Valor do investimento em:		
31/12/2014	R$ 111.678	R$ 4.289
31/12/2013	R$ 83.535	R$ 4.683
Valor da equivalência patrimonial contabilizada:		
31/12/2014	R$ 10.431	R$ 1.047
31/12/2013	R$ 6.554	R$ 1.515

O Bancoob tem suas demonstrações financeiras auditadas por outros auditores independentes, cujo processo de auditoria para o período findo em 31 de dezembro de 2014 não estava finalizado até a data de aprovação dessas demonstrações. A Administração da Cooperativa utilizou balancete preliminar para o cálculo e contabilização da equivalência patrimonial do Bancoob, antes do encerramento da auditoria daquela instituição, entretanto, não apresenta distorções relevantes em relação aos números das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2014, a Instituição adquiriu ações/quotas das coligadas e controladas, conforme quadro abaixo:

	Bancoob			
	Quantidade de Ações			Minaseg
Movimentação	**Ações ON**	**Ações PN**	**Total**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**22.318.605**	**21.458.274**	**43.776.879**	**3.094.690**
Maio	2.740.693	2.597.557	5.338.250	-
Julho	1.710.660	1.936.919	3.647.579	-
Outubro	1.875.323	1.854.667	3.729.990	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**28.645.281**	**27.847.417**	**56.492.698**	**3.094.690**

Os investimentos nas empresas coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação e Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC), são avalidados pelo método de custo.

continua...

SICOOB Central Crediminas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

C.N.P.J.: 25.683.434/0001-64

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

11. Imobilizado de uso

O quadro abaixo apresenta um sumário das movimentações financeiras do imobilizado de uso.

	2014				
Movimentação	**Imobilizações em Curso**	**Imóveis de Uso**	**Móveis e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**26.677**	**293**	**300**	**772**	**28.042**
Aquisição	247	-	180	308	**735**
Alienação	-	-	(55)	-	**(55)**
Depreciação	-	(16)	(95)	(331)	(442)
Saldos em 31 dezembro de 2014	**26.924**	**277**	**330**	**749**	**28.280**

	2013				
Movimentação	**Imobilizações em Curso**	**Imóveis de Uso**	**Móveis e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**26.242**	**309**	**357**	**1.180**	**28.088**
Aquisição	435	-	40	195	**670**
Alienação	-	-	-	(2)	**(2)**
Depreciação	-	(16)	(97)	(601)	**(714)**
Saldos em 31 dezembro de 2013	**26.677**	**293**	**300**	**772**	**28.042**

12. Intangível

O quadro abaixo apresenta um sumário da movimentação do intangível:

	2014		
Movimentação	**Sistema de processamento de dados**	**Marcas e patentes**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**12.007**	**7**	**12.014**
Aquisição	486	-	486
Baixa	(86)	-	(86)
Amortização	(2.493)	-	(2.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**9.914**	**7**	**9.921**

	2013		
Movimentação	**Sistema de processamento de dados**	**Marcas e patentes**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**12.380**	**7**	**12.387**
Aquisição	1.747	-	1.747
Amortização	(2.120)	-	(2.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**12.007**	**7**	**12.014**

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se às licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 1º de junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas cooperativas singulares filiadas, devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, o direito de uso do SISBR até 31 de maio de 2019.

13. Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Concentração dos depósitos em 2014 no total de R$ 2.595.117 mil (em 2013 - R$ 2.009.849 mil).

	2014		2013	
Descrição	**Valor**	**% do total**	**Valor**	**% do total**
Maior depositante	227.296	9%	101.069	5%
10 maiores depositantes	912.556	35%	636.324	32%
20 maiores depositantes	1.411.094	54%	1.026.132	51%
40 maiores depositantes	2.006.586	77%	1.527.004	76%

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados às suas filiadas (cooperativas singulares).

				2014		2013	
Instituição	**Finalidade**	**Encargos financeiros**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Banco do Brasil (i)	Custeio	6,75% a.a	01/11/2015	20.145	-	-	-
Banco Safra (i)	Custeio	5,50% a.a	15/05/2014	2.679	2.461	36.062	-
BDMG	Empréstimo	5,50% a.a	10/11/2017	4.040	6.971	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ii)	Funcafé	6,75% a.a	Até 21/10/2019	215.624	28.413	228.298	16.253
				242.488	**37.845**	**264.360**	**16.253**

(i) As garantias dos contratos são títulos privados.
(ii) As garantias dos contratos são títulos públicos federais.

15. Outras obrigações

Descrição	**2014**	**2013**
Sociais e estatutárias:		
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	2.640	2.398
Cotas de capital a pagar	2.004	-
	4.644	2.398
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	911	858
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos (i)	21.763	24.404
Provisão para pagamentos a efetuar	259	543
Provisão de férias, 13º salário e encargos	2.683	2.230
Provisão para pagamento administração financeira (ii)	25.770	16.433
Credores diversos no País	7.551	5.826
	58.026	49.436
Total	**63.581**	**52.692**
Circulante	44.496	31.732
Não circulante	19.085	20.960

(i) Encontra-se registrado nessa rubrica, o valor de R$ 21.744 mil, referente ao "Contrato de Promessa de Compra e Venda de Unidade Autônoma", de 98 (noventa e oito) salas comerciais no empreendimento denominado Monte Rey Comercial Caiçara, para instalação das dependências do Sicoob Central Crediminas.

(ii) Refere-se ao custo da centralização financeira contabilizada em provisão em atendimento ao princípio contábil de competência, sendo que este valor foi creditado às cooperativas singulares em 07 de janeiro de 2015.

16. Passivos contingentes

	2014		2013	
Descrição	**Provisão para contingências**	**Depósitos judiciais**	**Provisão para contingências**	**Depósitos judiciais**
PIS	3.572	3.547	3.151	3.130
COFINS	8.498	8.432	7.456	7.415
INSS	255	255	241	241
Trabalhistas	351	75	140	35
Outras contingências	8.912	4	7.521	43
	21.588	**12.313**	**18.509**	**10.864**
Circulante	9.275	-	7.645	-
Não circulante	12.313	12.313	10.864	10.864

Existe, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, provisão no montante de R$ 21.588 mil e R$ 18.509 mil, respectivamente, para fazer face a perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal e INSS em sociedades cooperativas, causas trabalhistas e outras contingências, considerada suficiente pela Administração e assessores jurídicos da Instituição para suportar eventual perda futura. Existem depósitos judiciais que suportam as discussões, cujos valores montam em R$12.313 mil e R$ 10.864 mil em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, registrados na rubrica "devedores por depósitos em garantia", outros créditos do ativo não circulante

Movimentação das contingências

	2014					
Natureza	**PIS**	**COFINS**	**INSS**	**Trabalhistas**	**Outras**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**3.151**	**7.456**	**241**	**140**	**7.521**	**18.509**
Constituições	217	600	-	264	452	1.533
Atualizações	204	442	14	41	939	1.640
Reversões	-	-	-	(94)	-	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**3.572**	**8.498**	**255**	**351**	**8.912**	**21.588**

	2013					
Natureza	**PIS**	**COFINS**	**INSS**	**Trabalhistas**	**Outras**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.847	6.843	230	133	7.985	18.038
Constituições	161	313	-	-	702	1.176
Atualizações	143	300	11	7	674	1.135
Reversões	-	-	-	-	(1.840)	(1.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**3.151**	**7.456**	**241**	**140**	**7.521**	**18.509**

a. De acordo com as legislações vigentes, as contingências da Central estão sujeitas às revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais específicos para os diversos impostos e contribuições existentes.

b. Existem ainda, outras ações de indenização propostas por ex-associados de Cooperativas, em desfavor do Sicoob Central Crediminas, no montante de R$ 2.188 mil (R$ 1.086 mil em 2013). Essas ações não foram provisionadas, em decorrência de nossos assessores jurídicos considerarem o risco de perda como possível.

c. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de contingências passivas são efetuados de acordo com critérios que consideram, entre outras análises, a estimativa de perda, conforme nota explicativa nº 3, alínea "p".

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 292.084.855 quotas, todas com valor nominal de R$1,00.

É representado pelas integralizações de 81 cooperativas filiadas em 31 de dezembro de 2014. De acordo com o estatuto social, cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b. Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, conforme inciso I do artigo 19 do Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de atividades da Central.

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d. Fundo de assistência técnica, educacional e social-FATES

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e por 5% das sobras líquidas, conforme inciso II do artigo 19 do Estatuto Social.

Atendendo às normas do BACEN, por meio da Carta-Circular nº 3.224/06, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

e. Deliberações da AGO de 2014

As sobras apuradas no exercício de 2013, após as destinações legais e estatutárias, no montante de R$ 18.844 mil, 42,76%, referente às receitas monetizáveis, foram creditadas em conta corrente das cooperativas e 57,24%, referente às receitas não monetizáveis, foram incorporadas às cotas-partes das singulares, proporcionalmente ao montante das operações por elas realizadas no exercício de 2013, conforme deliberação da AGO de 27/03/2014.

18. Outras receitas operacionais

Descrição	**2014**	**2013**
Rendas de crédito vinculado a operações adquiridas em cessão	-	564
Recuperação de encargos e despesas	783	1.279
Reversão de provisões operacionais	-	1.380
Rateio dos custos da Central	30.503	29.290
Rateio de sobras da Confederação	1.691	7.221
Outras rendas operacionais	2.353	1.291
	35.330	**41.025**

19. Outras despesas operacionais

Descrição	**2014**	**2013**
Atualização processos judiciais	(1.186)	(1.135)
Atualização de obrigações	(1.100)	(1.392)
Provisão para passivos contingentes	(2.035)	(1.176)
Outras despesas operacionais	(651)	(1.261)
	(4.972)	**(4.964)**

20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Instituição é avalista de suas filiadas em transações que montam em R$ 6.336 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 8.461mil em 2013), registradas em contas de compensação.

21. Créditos baixados como prejuízo

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos baixados como prejuízo montavam em R$ 1.374 mil, (R$ 1.418 mil em 2013) e sua maioria (99%) encontra-se em processo de cobrança judicial, registrada em contas de compensação.

22. Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam a divulgação em nota explicativa às demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

A Central participa de operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos, exclusivamente com a finalidade de hedge, registrados em contas patrimoniais, destinados a proteger os ativos e passivos próprios e de suas filiadas das flutuações econômicas a que estão sujeitos. Ela tem como política operar somente instrumentos sobre os quais possa manter controle efetivo dos riscos envolvidos e em mercados e vencimentos que apresentem liquidez. Os riscos são avaliados permanentemente por meio de instrumentos de controle julgados adequados, com o propósito de permitir o cumprimento das políticas e estratégias de proteção estabelecidas.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão representados por títulos públicos federais (24%), Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDIs (58%) e outros papeis (18%).

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

23. Transações com partes relacionadas

Descrição	**2014**	**2013**
Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	2.325	2.204

Os benefícios dos administradores estão representados basicamente por honorários, e encargos sociais, aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo apresenta a movimentação financeira das empresas controladas (Bancoob).

	Bancoob		Bancoob DTVM		Confederação	
Transação	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Ativos						
Depósitos bancários	12	8	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.677.017	945.396	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	950.342	1.019.914	-	-	-	-
Passivos						
Outras obrigações	-	-	-	-	-	448
Receitas						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	149.516	78.928	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	52.064	67.499	-	-	-	-
Despesas						
Custódia de títulos e valores mobiliários	317	237	-	-	-	-
Administração da carteira de títulos e Valores mobiliários			484	438	-	-

O Sicoob Central Crediminas não possui nenhuma transação ativa ou passiva com a empresa Sicoob Minaseg – Administradora e Corretora de Seguros do Sicoob Sistema Crediminas Ltda e nem com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativa (CNAC).

O Sicoob Central Crediminas remunera os serviços prestados pelo Sicoob Minaseg em função do assessoramento técnico operacional relativo ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV e ao Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Descrição	**2014**	**2013**
Sicoob Minaseg	186	388
Sicoob Confederação	383	329

24. Índice da Basileia

O índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

Destaca-se que a partir de 01/10/2013 passou a vigorar o conjunto de normativos que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III.

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basiléia de 16,26% em 31 de dezembro de 2014 e 15,23% em 31 de dezembro de 2013.

Base de cálculo	**2014**	**2013**
Patrimônio de Referência Nível I	221.421	161.004
Capital Principal - CP	221.421	161.004
Patrimônio Líquido	333.214	253.931
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência (a)	221.421	161.004
Risco de Crédito	1.291.228	1.005.545
Risco de Mercado	7.843	2.727
Risco Operacional	55.681	47.223
Ativo Ponderado pelo Risco - RWA (b)	1.354.752	1.055.495
Índice Basileia III (a/b)	16,34%	15,25%
Capital Nível I	16,34%	15,25%
Capital Principal	16,34%	15,25%
Risco Banking (RBAN)	786	1.606
Índice Basileia III	**16,26%**	**15,23%**

1) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;
2) Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013, os valores foram apurados com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;
3) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a " alocação de capital mínimo exigido" do período anterior, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes ao "Ativo Ponderado ao Risco – RWA".

25. Estrutura de gerenciamento de riscos

I - Risco operacional

1. Política institucional de risco operacional

1.1 A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob e pelo Bancoob e suas empresas ligadas.

1.2 Essa Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob, que por sua vez acompanham a sua aplicação por meio do Comitê de Controles Internos e Risco Operacional do Sicoob.

2. Estrutura de gerenciamento do risco operacional

2.1 O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009, no art. 11 da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 21 da Resolução CMN 3.859/2010.

2.2 A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:
a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;

c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;

d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;

e) elaboração de propostas de atualização da política;

f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;

g) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;

h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

2.3 Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.

2.4 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

3. Metodologia

3.1 O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

3.2 O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:
a) identificação do risco operacional:

a.1) atividade realizada em *workshop* de análise dos processos da entidade de modo a identificar riscos potenciais, internos e externos, que podem afetar a implementação da estratégia e o alcance dos objetivos da entidade. Nessa ocasião aplica-se o Questionário de Diagnóstico de Riscos Operacionais.

a.2) o uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) objetiva identificar situações de risco de não conformidade e cadastrá-las no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) para monitoramento.

b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizada em workshop com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais.

c) monitoramento, controle e mitigação do risco operacional: adoção dos procedimentos de (i) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais; (ii) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação; (iii) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia; e (iv) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados.

d) comunicação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.

e) documentação e armazenamento de informações associadas ao risco operacional:

e.1) as informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação;

e.2) os documentos que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

f) alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAOPAD).

II - Riscos de mercado e de liquidez

1. Política institucional de riscos de mercado e de liquidez

1.1 A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa a estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.

1.2 As entidades do Sicoob, representadas no Comitê de Riscos de Mercado e de Liquidez do Sicoob, acompanham sistematicamente a aplicação da Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez.

1.3 Na revisão da Política são considerados os resultados dos testes das Auditorias Internas e Externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes.

1.4 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

2. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez

2.1 O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007, art. 11 da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

2.2 A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;

c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;

d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

d.1) valor em Risco (*Value at Risk* – VaR);

d.2) limites máximos de risco de mercado;

d.3) limite mínimo de liquidez.

e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;

f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;

g) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

continua...

SICOOB Central Crediminas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

C.N.P.J.: 25.683.434/0001-64

continuação...

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

2.3 O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3. Metodologia

3.1 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading)* e não negociação (*banking),* de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).
3.2 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado é o *Value at Risk – VaR* (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

3.3 São realizados testes de *stress* mensais pela área gestora do Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

3.4 O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos parâmetros de liquidez, projeção da liquidez (fluxo de caixa), limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.

3.5 Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pelas Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou até reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

III - Risco de crédito

1. Política institucional de risco de crédito

1.1 A Política Institucional de Risco de Crédito, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa a garantir uniformidade nos processos e decisões, integridade dos ativos, relação de risco e retorno em níveis sustentáveis e atender às exigências e normas legais.

1.2 As entidades do Sicoob, representadas em comitês especializados de crédito, acompanham sistematicamente a aplicação da Política. As questões negociais que envolvem o crédito são acompanhadas de forma destacadas pelo Comitê de Negócios de Crédito do Sicoob.

2. Estrutura de risco de crédito

2.1 O gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), com amparo no art. 10 da Resolução CMN 3.721/ 2009, que é o responsável pela padronização de processos, metodologias de análise de risco de associados/clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

2.2 A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

d) procedimentos para a recuperação de créditos;

e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

f) prover as entidades do Sicoob de informações gerenciais periódicas.

2.3 As normas internas referentes ao gerenciamento de risco de crédito contemplam a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de 7/9 tomadores e de risco de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, o qual contempla a validação de modelos e conformidade dos processos.

2.4 Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são, claramente, segregados e a estrutura organizacional envolvida nesse processo garantem especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

2.5 Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias, ou até mesmo, reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento do risco de crédito.

IV - Gerenciamento de Capital

1. Política institucional de gerenciamento de capital

1.1 A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, visa:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) monitorar o capital mantido pelas entidades do Sicoob;
d) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e atender às exigências e normas legais.

1.2 As entidades do Sicoob, representadas no Comitê de Gerenciamento de Capital do Sicoob, acompanham sistematicamente a aplicação da Política Institucional de Gerenciamento de Capital.
1.3 A aplicação das diretrizes registradas na Política e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade de todas as entidades do Sicoob, sendo que as cooperativas no Regime Prudencial Completo (RPC) possuem também um Diretor responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de capital.

2. Estrutura de gerenciamento de capital

2.1 O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 7º da Resolução CMN 3.988/2011.

2.2 A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;

b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;

c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilização, por meio de adequado planejamento de capitalização, de condições necessárias para o crescimento de negócios estabelecido nas diretrizes estratégicas.

3. Metodologia

3.1. O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.

3.2. O ciclo de Gerenciamento de Capital envolve, no mínimo, as seguintes etapas:

a) planejamento com base na meta estratégica de crescimento sistêmico. Nessa etapa observa-se a projeção de crescimento considerando o histórico de cada entidade, as particularidades do mercado e os objetivos estratégicos individuais.

b) consolidação dos dados: etapa em que são consolidados os balancetes e as metas de crescimento sistêmicas disponibilizadas pelas cooperativas centrais e singulares.

c) realização de cálculos baseados nas diretrizes do Banco Central do Brasil para indicadores de capital, de acordo com o Regime Prudencial Simplificado ou Completo. Os indicadores avaliam se o montante de capital que cada entidade mantém é suficiente para fazer frente aos riscos a que ela está exposta, sendo composto de 2 (dois) grandes grupos, conforme o horizonte de tempo (análise do quadro atual e análise preditiva de cenários futuros). São considerados também para cada entidade, cenários que podem variar do mais otimista ao mais pessimista.

d) monitoração: consiste de análises e eventuais revisões dos parâmetros de cálculo com base em novas informações recebidas, legislação vigente aplicável, ajustes corretivos decorrentes do acompanhamento das condições projetadas comparativamente às respectivas efetivações, e como produtos desta fase são geradas propostas de fontes e planos de capital para cada entidade do Sicoob.

e) gestão: as análises, fontes e planos de capital propostos são apresentados a cada cooperativa central e singular fechando o ciclo de Gerenciamento de Capital e auxiliando no planejamento dos meses subsequentes.
3.3. O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscosrelevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.

3.4. São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

3.5. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna do Sicoob Confederação.

V. Risco de imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o Sicoob Sistema Crediminas por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou em Janeiro de 2011 a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

• Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;

• Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;

• Melhorar o posicionamento de mercado; e

• Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados."

Conselho de Administração

Alberto Ferreira - Presidente
Ivan Lemos Brandão - Vice-Presidente

Geraldo Souza Ribeiro Filho
Júlio César Aguiar Diniz
Ricardo Ferreira da Silva
Vitor Hugo Gomes

Honório de Sousa Rosa
Luciano Olímpio Guimarães
Vicente de Paulo Cançado

Diretoria Executiva

Elson Rocha Justino
Diretor Superintendente

Jésus Ferreira de Carvalho
Diretor Superintendente

Gerência de Serviços Centralizados

Fabiana Cristina da Silva - Gerente
Humberto Bispo da Silva - Contador CRC-MG 43.576

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros de Administração e Filiadas da
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. -
Sicoob Central Crediminas
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações das sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas em 31de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 defeereiro de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-MG

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador CRC MG-027739/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2014 e 2013, declara que os atos e fatos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS.

Belo Horizonte, MG, 20 de fevereiro de 2015.

AGNALDO JOSÉ DA SILVA
Conselheiro Fiscal Coordenador

GERALDO VIEIRA COUTINHO NETO
Conselheiro Fiscal Efetivo

ANTÔNIO CLARET REZENDE
Conselheiro Fiscal Efetivo